

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

Senhores Cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da **Embracon Administradora de Consórcios**. Relativas ao período de doze meses findos em 30 de junho de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Mercado de Atuação:** A **Embracon Administradora de Consórcios** tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, de bens móveis, imóveis e serviços. Em 30 de junho de 2024 a empresa administrava 261 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 220.824 consorciados e 6.145 bens entregues. **Eventos Societários:** O Capital Social é de R\$ 55.000.000,00 e está representado por 55.000.000 cotas no valor de R\$ 1,00 cada. **Patrimônio Líquido e Resultados:** O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 142.814 mil em 30 de junho de 2024, apresentando aumento de 1,40% em relação ao R\$ 140.847 mil em 31 de dezembro de 2023. O lucro líquido apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 1.966 mil. **Ativos e Passivos:** O Ativo atingiu R\$ 696.376 milhões em 30 de junho de 2024, em relação aos R\$ 572.516 milhões em 31 de dezembro de 2023. O Passivo Circulante e não circulantes, somados atingiram o montante de R\$ 553.562 mil em 30 de junho de 2024, em relação aos R\$ 431.669 mil em 31 de dezembro de 2023. **Auditoria Independente:** A política de atuação da **Embracon Administradora de Consórcio Ltda.**, na contratação de serviços não relacionados à

auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a **Embracon Administradora de Consórcio Ltda.**, informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela - auditores independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras. Ademais, a **Embracon Administradora de Consórcio Ltda.** confirma que a Irmãos Campos auditores independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da **Embracon Administradora de Consórcio Ltda.** A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** A Administração da **Embracon Administradora de Consórcio Ltda.**, agradece aos cotistas pela confiança depositada.

BALANÇO PATRIMONIAL

Encerrados em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2024	2023
Ativo Circulante		655.555	529.540	Passivo Circulante		553.562	431.669
Caixa e equivalentes de caixa	3b; 5	1.943	3.514	Financiamento - Operações de leasing	12	491	1.058
Instrumentos financeiros	3c; 6	94.040	106.627	Obrigações trabalhistas	13	54.075	44.193
Outras contas a receber		3.314	3.325	Encargos sociais	14	12.395	16.456
Taxa de administração a receber		35.093	30.137	Impostos e contribuições a recolher	16	6.571	7.317
Impostos a compensar	7	17.656	15.707	Impostos diferidos	17	23.248	11.539
Adiantamentos	8	15.348	19.645	Obrigações por operações vinculadas a cessão	3a	440.144	335.018
Créditos diversos		11.179	1.889	Contas a pagar	18	5.914	5.070
Bloqueio judicial	9	3.134	2.433	Recursos não procurados	19	3.980	3.872
Despesa do exercício seguinte	3e	473.848	346.263	Provisão para contingência	3k; 20	6.744	7.146
Ativo Não Circulante		40.821	42.976	Patrimônio Líquido		142.814	140.847
Permanente				Capital social	21	55.000	55.000
Imobilizado	3f; 10	14.861	15.091	Reserva de retenção de lucros		83.604	81.736
Intangível	3g; 11	25.960	27.885	Reserva legal		4.210	4.111
Total do Ativo		696.376	572.516	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		696.376	572.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 30 de Junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receitas da Intermediação Financeira		4.634	4.555
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.634	4.555
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		7.633	3.412
Receitas de prestação de serviços	23	323.790	250.947
Despesas com pessoal	24	(165.815)	(136.477)
Despesas administrativas	25	(145.782)	(96.616)
Despesas tributárias	26	(36.465)	(31.722)
Despesas com depreciação e amortização	9; 10	(11.309)	(8.538)
Outras receitas operacionais	27	43.214	25.817
Resultado Operacional		12.267	7.967
Resultado Não Operacional		1.408	3.210
Receitas não operacionais diversas		3.151	5.033
Despesas não operacionais diversas		(1.743)	(1.822)
Resultado antes da Tributação do Lucro		13.675	11.177
Impostos sobre o Lucro	16	(11.709)	(3.968)
Provisão para imposto de renda		(8.610)	(2.854)
Provisão para contribuição social		(3.099)	(1.114)
Lucro Líquido do Período		1.966	7.208
Lucro por Quota de Capital		0,04	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 30 de Junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Saldos em 30 de Junho	1.966	7.208
Ajustes de avaliação patrimonial	-	614
Outros Resultados Abrangentes	-	614
Resultado Abrangente do Semestre	1.966	7.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 30 de Junho 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Atividades Operacionais		
Resultado líquido do período	1.966	7.208
Valores que não Afetaram o Caixa:		
Depreciação e amortização	11.309	8.538
Provisões e reversões contingências trabalhistas e cível	(402)	(577)
Rendimento líquido das aplicações financeiras	(3.310)	(7.148)
Resultado na baixa do ativo tangível e intangível	161	2.803
Caixa antes das Mutações do Capital de Giro	9.724	10.824
Redução (Aumento) dos Ativos Circulantes		
Taxa de administração a receber	(4.956)	(1.409)
Outros créditos	(9.278)	(7.652)
Outros valores e bens	(125.938)	(82.621)
Aumento (Redução) dos Passivos Circulantes		
Obrigações trabalhistas	9.882	13.836
Impostos e contribuições sociais	(4.061)	(115)
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	628
Impostos e contribuições a pagar e diferidos	10.964	140
Contas a pagar	844	1.322
Obrigações por operações vinculadas a cessão	105.126	81.860
Recursos não procurados	108	(2.650)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	122.863	95.019
Atividades de Investimentos		
Aplicações financeiras	(344.381)	(532.897)
Resgate de aplicações financeiras	360.276	529.108
Aquisições do ativo imobilizado	(1.477)	(2.401)
Aquisições do ativo intangível	(7.837)	(5.193)
Caixa gerado (Aplicado) em Atividades de Investimentos	6.581	(11.383)
Atividades de Financiamentos		
Operações de leasing	(567)	(425)
Caixa Aplicado em Atividades de Financiamentos	(567)	(425)
Caixa Aplicado nas Atividades no Exercício	(1.571)	2.354
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes	(1.571)	2.354
Caixa e equivalentes no início do período	3.514	1.947
Caixa e equivalentes no final do período	1.943	4.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO em 30 de Junho de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante		4.720.389	4.232.924	Circulante		4.720.389	4.232.924
Disponibilidades		1.974.194	1.796.546	Obrigações com Consorciados	4g	-	-
Depósitos bancários		15.634	18.690	Grupos em formação		10	2.193
Aplicações financeiras	4a; 28	94.039	119.090	Recebimentos não identificados		5.155	5.808
Aplicações vinculadas a contemplações	4a; 28	1.864.521	1.658.766	Contribuições de consorciados não contemplados		1.683.486	1.444.636
Outros Créditos		23.395	17.221	Valores a repassar	4h	203.958	192.130
Bens retomados ou devolvidos	4b	22.620	16.925	Obrigações contemplações a entregar	4i	1.864.879	1.658.766
Dev. p/depósito em garantia	4c	775	296	Recursos a devolver a consorciados	4k	779.893	752.748
Direitos junto a Consorciados Contemplados		2.722.800	2.419.157	Recursos do grupo	4l	183.008	176.644
Normais	4a	2.663.178	2.348.344	Compensação	4m	38.350.173	24.052.211
Em atraso		27.197	29.556	Recursos mensais a receber		151.292	122.743
Em cobrança judicial		32.425	41.257	Obrigações do grupo por contribuição		19.809.130	12.564.066
Compensação	4m	38.350.173	24.052.211	Créditos a disposição consorciado		18.389.751	11.365.401
Previsão mensal recursos a receber	4e	151.292	122.743	Total do Passivo		43.070.563	28.285.135
Contribuições devidas ao grupo		19.809.130	12.564.066				
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4f	18.389.751	11.365.401				
Total do Ativo		43.070.563	28.285.135				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 30 de Junho de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

Semestre	Capital Social	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Legal	Reserva para Contingência	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	55.000	56.343	2.509	2.509	(729)	-	115.631
Ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	-	614	-	614
Resultado do semestre	-	-	-	-	-	7.208	7.208
Destinação Proposta	-	6.488	-	-	-	(6.488)	-
Reserva legal	-	-	360	-	-	(360)	-
Reserva de contingência	-	-	-	360	-	(360)	-
Saldos em 30 de Junho de 2023	55.000	62.830	2.869	2.869	(115)	-	123.453
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	55.000	81.736	4.111	-	-	-	140.847
Resultado do semestre	-	-	-	-	-	1.966	1.966
Reserva legal	-	-	99	-	-	(99)	-
Transferência de saldos	-	1.867	-	-	-	(1.867)	-
Saldos em 30 de Junho de 2024	55.000	83.604	4.210	-	-	-	142.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS em 30 de Junho de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Disponibilidades no Início do Período	1.876.226	1.650.048
Depósitos bancários	17.705	19.391
Aplicações financeiras	110.459	104.391
Aplicações vinculadas a contemplações	1.748.062	1.526.265
Recursos Coletados	1.790.379	1.490.001
Contribuições aquisição de bens	1.248.559	1.042.768
Taxa administração	361.155	279.842
Contribuições fundo de reserva	32.153	26.105
Rend. aplicações financeiras	83.108	87.062
Multas e juros moratórios	6.755	4.818
Prêmios de seguros	11.746	8.238
Outros	46.903	41.168
Recursos Utilizados	(1.692.411)	(1.343.503)
Aquisição de bens	(1.112.103)	(896.085)
Taxa de administração	(374.145)	(285.159)
Multas e juros moratórios	(3.354)	(2.386)
Prêmios de seguros	(11.513)	(8.040)
Consorticiados desligados - Pagamentos	(73.961)	(62.305)
Outros	(117.335)	(89.529)
Disponibilidades no Fim do Período	1.974.194	1.796.546
Depósitos bancários	15.634	18.690
Aplicações financeiras	94.039	119.090
Aplicações vinculadas a contemplações	1.864.521	1.658.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em 30 de Junho de 2024 e de 2023 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Embracon Administradora de Consórcio Ltda. (EMBRACON)** tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para que sejam aplicáveis ao **EMBRACON**. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo **EMBRACON**, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, - CPC 06 (2) Arrendamentos, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por ação, CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. A Administração considera que o **Embracon** possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, consistente com o seu plano de negócios, preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas e os programas de manutenção das instalações do **Embracon**. Os planos são acompanhados semestralmente pelos departamentos competentes, podendo sofrer alterações. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2024.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da Administradora é o Real.

2.3. Novas Normas e Resoluções Vigentes

As novas regras de funcionamento de grupos de consórcio, editadas em 19 de janeiro de 2023 pela Resolução BCB nº 285 que entrou em vigor em 1º de julho de 2024, consolida e atualiza as normas que dispõem sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio, estabelecidas na Circular BCB nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009, e em outros atos normativos correlatos, tendo em vista o Decreto nº 10.139/2019, que estabelece a obrigação de rever e consolidar atos normativos editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Por esta nova Resolução é vedada a cobrança de taxa de administração do consorciado após a sua exclusão do grupo de consórcio. Em caso de exclusão de consorciado, eventual valor cobrado a título de antecipação de taxa de administração que exceder à importância efetivamente devida pelo participante proporcionalmente ao período de tempo do contrato deve ser objeto de devolução, pro rata, por ocasião da contemplação do consorciado excluído.

Em novembro de 2023 foi publicada a Resolução BCB nº 352, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que a Empresa iniciou o plano para a implementação a ser concluído até 31 de dezembro de 2024 e será mantido à disposição do Banco Central do Brasil. Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2022 a Resolução BCB nº 178 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos e que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo **Embracon** são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

As receitas operacionais e outras receitas são apuradas à medida que a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. As taxas de administração recebidas antecipadamente são reconhecidas no passivo circulantes para serem apropriadas ao resultado pelo prazo de duração dos grupos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As despesas com comissões são reconhecidas mensalmente pelo regime de competência e lançados no resultado do exercício no prazo médio de duração dos grupos de consórcios, assim como as demais despesas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda. Esses recursos são utilizados pelo **Embracon** para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Notas 5).

c) Instrumentos Financeiros

Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001:

- Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (Nota 6 e 7)

- Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributatórios. (Nota 7);

- Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o **Embracon** tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01. Os títulos do **Embracon** são classificados como disponíveis para venda e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados e divulgados pelo saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários. A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica "Impostos a Recuperar". (Nota 8);

d) Ativos Circulante e Ativo Não Circulante

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

e) Despesas do exercício seguinte

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

f) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do **Embracon**. Depreciado as taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O aumento do valor contábil, resultante de reavaliação espontânea, foi contabilizado em reserva específica no patrimônio líquido do **Embracon**.

g) Intangível

Representam gastos com sistemas aplicativos de informática e concessão de direitos de grupos de consórcios. O prazo de vida útil estimado para os itens do ativo intangível foi de até 5 anos e para a concessão de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em 30 de Junho de 2024 e de 2023

(Valores expressos em reais)

h) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante
Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

i) Imposto de Renda e Contribuição Social
As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício.
A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.

j) Valores Pendentes de Recebimento Judicial
Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

l) Resultado Não Recorrente
São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade do **Embracon** ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram identificados resultados não recorrentes.

m) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional do **Embracon** é o Real.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações Financeiras
Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pró-rata dia.

b) Bens Apreendidos ou Retomados
Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

c) Dev. para Depósito em Garantia
Representam os depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço.

d) Direitos junto a Consorciados Contemplados - Normais
Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

e) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados
Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2024. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2023.

f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar
Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

g) Obrigações com Consorciados
Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

h) Valores a Repassar
Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados ao **Embracon** ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

i) Obrigações por Contemplações a Entregar
Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

j) Recursos a Devolver a Consorciados
Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

k) Recursos do Grupo
Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

l) Compensação
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados: Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço; **Contribuições devidas ao grupo e suas obrigações de grupo por contribuições:** Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Caixa	2	-
Bancos Conta Movimentos	1.941	3.514
Total	1.943	3.514

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2024, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas em títulos públicos do Tesouro Nacional/Banco Central, são remuneradas pela variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Em atendimento à Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente à Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados - Credores Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificados nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R\$ 58.615 Mil, (em 30/06/2024) e R\$ 49.584 mil (em 31/12/2023).

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários	31.068	26.842
Cotas de fundos de investimentos	45.910	64.059
Cotas de fundos de renda fixa	9.370	8.405
LI - Instituição financeira ligada	7.692	7.322
Total	94.040	106.627

7. IMPOSTOS A COMPENSAR

	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ antecipado	13.524	12.636
CSLL antecipada	1.865	2.146
Outros	2.267	925
Total	17.656	15.707

8. ADIANTAMENTOS

	30/06/2024	31/12/2023
Funcionários	1.956	494
Depósitos judiciais	5.112	4.795
Cartão de crédito	69	7.971
Fornecedores e outros	5.776	4.085
Cobrança advogados	209	73
Benefícios a funcionários	2.226	2.226
Total	15.348	19.645

Os adiantamentos relativos a cartão de crédito são oriundos de adiantamentos efetuados aos grupos de consórcio cujo recebimento dos consorciados é realizado via cartão.

9. BLOQUEIO JUDICIAL

Referem-se majoritariamente a bloqueios judiciais oriundos de consorciados de grupos ativos e encerrados que acionaram a administradora e, em menor parte, a bloqueios judiciais em virtude de processos trabalhistas. O Saldo em 30 de junho de 2024 soma R\$ 3.134 Mil (Em 31 de dezembro de 2023 somava R\$ 2.433 Mil)

10. IMOBILIZADO

	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2024 Saldo Líquido	31/12/2023 Saldo Líquido
Edificações em curso	2.114	-	2.114	2.114
Veículos em curso	339	-	339	304
Instalações	3.084	(2.415)	669	809
Móveis e equipamentos de uso	14.134	(6.844)	7.290	6.810
Equipamentos telefônicos	1.181	(1.181)	-	(244)
Equipamentos processamento dados	12.298	(8.344)	3.954	4.411
Veículos	1.225	(730)	495	857
Total	34.375	(19.514)	14.861	15.091

1º Semestre de 2024

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2024
Custo aquisição				
Edificações em curso	2.114	-	-	2.114
Veículos em curso	304	35	-	339
Instalações	3.080	4	-	3.084
Móveis e equipamentos de uso	13.202	1.169	(237)	14.134
Equipamentos telefônicos	950	245	(14)	1.181
Equipamentos processamento dados	12.267	275	(244)	12.298
Veículos	1.467	-	(242)	1.225
Total	33.385	1.728	(737)	34.375
(-) Depreciações	(18.294)	(1.615)	395	(19.514)
Líquido	15.091	113	(343)	14.861

Exercício de 2023

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Custo aquisição				
Edificações em curso	2.705	484	(1.073)	2.114
Veículos em curso	888	532	(1.117)	304
Serviços em curso	93	34	(127)	-
Instalações	3.088	14	(21)	3.080
Móveis e equipamentos de uso	12.215	1.702	(717)	13.202
Equipamentos telefônicos	1.304	2	(111)	950
Equipamentos processamento dados	13.374	1.542	(2.649)	12.267
Veículos	1.393	-	(172)	1.467
Total	35.061	4.310	(5.985)	33.385
(-) Depreciações	(18.319)	(3.177)	3.202	(18.294)
Líquido	16.742	1.133	(2.783)	15.091

Prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado são: a) Edificações - 25 anos; b) Instalações - 10 anos; c) Móveis e equipamentos de uso - 10 anos; d) Equipamentos telefônicos - 5 anos; e) Equipamentos processamento de dados - 5 anos e f) Veículos - 5 anos.

11. ATIVO INTANGÍVEL

	Custo	Amortização acumulada	30/06/2024 Saldo líquido	31/12/2023 Saldo líquido
Softwares	31.136	(17.402)	13.734	13.919
Concessão de direitos grupos consórcios	28.377	(16.151)	12.226	13.966
Total	59.513	(33.553)	25.960	27.885

1º semestre de 2024

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2024
Custo aquisição				
Softwares	31.325	7.838	(8.027)	31.136
Concessão de direitos grupos consórcios	28.377	-	-	28.377
(-) Amortizações	(31.818)	(9.701)	7.966	(33.553)
Líquido	27.885	(1.863)	(61)	25.960

Exercício de 2023

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Custo aquisição				
Softwares	24.229	12.988	(5.892)	31.325
Concessão de direitos grupos consórcios	28.377	-	-	28.377
(-) Amortizações	(23.307)	(13.929)	5.418	(31.818)
Líquido	29.299	(941)	(474)	27.885

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em 30 de Junho de 2024 e de 2023
(Valores expressos em reais)

O prazo de vida útil do software é de até 5 anos e para a concessão de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos.

12. FINANCIAMENTO - OPERAÇÃO DE LEASING

	30/06/2024	31/12/2023
Arrendamento mercantil	659	1.284
(-) Encargos financeiros a apropriar	(168)	(225)
Total	491	1.058

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2024	31/12/2023
Salários e rescisões a pagar	12.009	12.908
Provisão de férias e encargos	30.536	31.285
Provisão de 13º salário e enc.	11.530	-
Total	54.075	44.193

14. ENCARGOS SOCIAIS

	30/06/2024	31/12/2023
INSS a pagar	6.688	6.996
FGTS a pagar	1.628	2.253
IRRF s/salários	4.067	7.198
Contribuições a pagar	12	8
Total	12.395	16.456

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE LUCRO

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social é calculada à razão de 9%.

	30/06/2024	30/06/2023
IRPJ	4.388	8.674
Base Contábil	473.093	338.875
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	(498.606)	(336.565)
(=) Base para o IRPJ	(21.125)	10.984
(+) Calculado a 15%	-	1.648
(+) Adicional de 10%	-	1.086
(=) Total do IRPJ	-	2.734
(-) Incentivos fiscais	-	(227)
(=) Valor provisionado	-	2.507
(-) Antecipações	(319)	(2.317)
(+) Composição de saldo negativo do IRPJ	-	-
Total	-	190
CSLL	4.388	8.674
Base Contábil	473.093	338.875
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	(498.606)	(336.565)
(=) Base para a CSLL	(21.125)	10.984
(+) Calculado a 9%	-	989
(=) Total da CSLL	-	989
(=) Valor Provisionado	-	989
(-) Antecipações	(319)	(551)
(+) Composição de saldo negativo da CSLL	-	-
Total	-	438

No 1º Semestre de 2024 o saldo constituído no passivo de IRPJ e CSLL refere-se ao diferido oriundo dos impactos do CPC 47 (vide Nota explicativa 16).

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

	30/06/2024	31/12/2023
IRRF s/serviços de terceiros	283	56
IRRF s/juros sobre capital próprio	-	1.135
Retenção conforme Lei 10.833/03	177	204
INSS s/serviços de autônomos	61	62
ISS s/serviços tomados	30	22
COFINS a pagar	3.456	3.494
PIS a pagar	748	756
ISS a pagar	1.816	1.588
Total	6.571	7.317

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Administradora constituiu débitos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias no montante de R\$ 22.984 Mil (R\$ 13.278 Mil em 31 de dezembro de 2023).

Em virtude dos impactos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido R\$ 23.248 Mil de passivo fiscal diferido (R\$ 11.539 Mil em 31 de dezembro de 2023).

	31/12/2023	Constituições	Realizações	30/06/2024
Créditos Tributários				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Provisão para despesas com comissões	1.297	12.124	(11.968)	1.454
Provisão para serviços de consórcio Renault	-	95	(5.751)	(5.656)
Provisão para serviços de consórcio VW	(3.325)	13.080	(13.069)	(3.314)
Provisão para ações trabalhistas	4.397	1.052	(903)	4.546
Provisão para contingências	2.749	226	(776)	2.198
Efeito CPC 47	(39.054)	115.749	(144.298)	(67.603)
Total Base dos Créditos	(33.937)	142.325	(176.764)	(68.377)
Imposto de renda diferido (25%)	(8.484)	35.581	(44.191)	(17.094)
Contribuição social diferido (9%)	(3.054)	12.809	(15.909)	(6.154)
Total de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	(11.539)	48.391	(60.100)	(23.248)

	31/12/2023	Constituições	Realizações	30/06/2024
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Provisão para despesas com comissões	1.297	12.124	(11.968)	1.454
Provisão para serviços de consórcio Renault	-	95	(5.751)	(5.656)
Provisão para serviços de consórcio VW	(3.325)	13.080	(13.069)	(3.314)
Provisão para ações trabalhistas	4.397	1.052	(903)	4.546
Provisão para contingências	2.749	226	(776)	2.198
Total Base dos Créditos	5.117	26.576	(32.466)	(773)
Imposto de renda diferido (25%)	1.279	6.644	(8.117)	(193)
Contribuição social diferido (9%)	461	2.392	(2.922)	(70)
Total de Passivo Fiscal Diferido (Sem Efeito CPC 47)	1.740	9.036	(11.039)	(263)

	31/12/2023	Constituições	Realizações	30/06/2024
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Efeito CPC 47	(39.054)	115.749	(144.298)	(67.603)
Total Base dos Créditos	(39.054)	115.749	(144.298)	(67.603)
Imposto de Renda Diferido (25%)	(9.764)	28.937	(36.074)	(16.901)
Contribuição Social Diferido (9%)	(3.515)	10.417	(12.987)	(6.084)
Total de Passivo Fiscal Diferido	(13.278)	39.355	(49.061)	(22.984)

	31/12/2023	Constituições	Realizações	30/06/2024
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Ativo Fiscal Diferido	1.740	9.036	(11.039)	(263)
Passivo Fiscal Diferido	(13.278)	39.355	(49.061)	(22.984)
(+) Créditos Tributários(-) Débitos Tributários	(11.539)	48.391	(60.100)	(23.248)

17.1 Expectativa de Realização do Crédito Tributário

Conforme Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020 a qual revoga a Circular nº 3.174 de 15 de janeiro de 2003, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data-base de 31 de dezembro de 2023, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	1º Semestre de 2024	
	Realização de Créditos Tributários	Valor Presente
2025	2.203	1.994
2026 - 2028	8.201	7.259
	10.224	9.253
	Exercício de 2023	
	Realização de Créditos Tributários	Valor Presente
2024	873	781
2025 - 2027	3.180	2.845
	4.053	3.626

18. CONTAS A PAGAR

	30/06/2024	31/12/2023
Contas a pagar - serviços e bens	5.914	5.070
Total Contas a Pagar - Circulante	5.914	5.070

19. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores à Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores à mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208. Recursos Não Procurados Totais para o período de 30 de junho de 2024 equivale a R\$ 3.980 mil e (R\$ 3.872 mil em 2023), tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.

20. PROVISÕES

Passivos contingentes prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões constituídas são as seguintes:

	30/06/2024	31/12/2023
Trabalhista	4.546	2.749
Cível	2.198	4.397
Total	6.744	7.146

Passivos contingentes possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis montam o valor de R\$ 4.763 mil (30/06/2024) e R\$ 5.479 mil (31/12/2023). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O capital social é de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) e está representado por 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) cotas no valor de R\$ 1,00 cada; **Reserva de Retenção de Lucros:** Considerando que o encerramento contábil do semestre findo de 30 de junho 2024 apresentou lucro líquido no montante de R\$ 1.966 mil, resolvem de pleno e comum acordo, destinar o montante de R\$ 99 mil para constituição de reserva legal, conforme determinado na Resolução DC/BACEN nº 66 de 26/01/2021, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022 e disposições descritas nos artigos 193 e 195 da Lei nº 6404/1976.

22. PARTES RELACIONADAS

O Embracon possui operação com partes relacionadas relativo à contratação de locação do imóvel sede, sendo a locador a empresa Embrafisa Consultoria Empresarial Corretora de Seguros e Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a locatária a Embracon. O contrato de locação possui vigência de 12 meses, com renovação automática conforme aditivo, sendo as parcelas reajustadas pelo IPCA. As empresas Embracon e Embrafisa possuem os mesmos administradores.

23. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência desde 2022, devido à adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, em cumprimento à Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021.

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição		
Taxa administração	320.276	248.495
Multa e juros	3.410	2.284
Outras	104	168
Total	323.790	250.947

24. DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição		
Pessoal - benefícios	(23.595)	(18.937)
Pessoal - encargos sociais	(45.805)	(37.813)
Pessoal - proventos	(96.347)	(79.680)
Pessoal - treinamento	(68)	(46)
Total	(165.815)	(136.477)

continua →

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em 30 de Junho de 2024 e de 2023

(Valores expressos em reais)

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Aluguéis	(10.601)	(9.749)
Comunicações	(1.419)	(1.913)
Manutenção e conservação de bens	(2.579)	(2.219)
Processamento de dados	(10.767)	(6.209)
Propaganda e publicidade	(24.382)	(20.818)
Serviços de vigilância e segurança	(3.144)	(3.030)
Serviços técnicos especializados	(73.560)	(34.920)
Viagens no país	(1.619)	(1.576)
Provisões operacionais	(4.217)	(5.057)
Despesas de água, energia e gás	(1.754)	(1.459)
Despesas de arrendamento de bens	(95)	(150)
Despesas contr. filantrópicas	(122)	(15)
Despesas de material	(480)	(606)
Despesas de prom./Rel. públicas	(259)	(313)
Despesas de seguros	(83)	(113)
Despesas serviços sist. financeiro	(1.805)	(951)
Despesas de serviços de terceiros	(92)	(83)
Despesas de transporte	(7)	(68)
Outras administrativas	(3.660)	(4.834)
Outras despesas operacionais	(5.137)	(2.533)
Total	(145.782)	(96.616)

26. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de COFINS	(20.182)	(19.089)
Despesas de PIS	(4.362)	(4.131)
Despesas de ISS	(10.807)	(7.400)
Outras despesas tributárias	(1.114)	(1.102)
Total	(36.465)	(31.722)

DIRETORIA

Guido Savian Júnior - Sócio

27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Outras receitas operacionais	43.214	25.817
Total	43.214	25.817

São registrados neste grupo de contas as receitas originárias de prestação de serviços técnicos de administração de grupos de consórcio, além das taxas de recursos não procurados e reversões de provisão de comissões e serviços.

28. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO

As operações de consórcio em 30 de junho de 2024 apresentam a seguinte posição:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Quant. de grupos em andamento	261	240
Quant de consorciados ativos	220.824	167.757
Quant de bens entregues no exercício	11.247	8.975
Quant de bens entregues, acumulado	71.045	65.618
Bens pendentes de entrega acima de 30 dias	16.733	15.878
Consorticiados desistentes e excluídos no exercício	32.500	22.969
Consorticiados desistentes e excluídos, acumulado	342.571	339.515
Taxa média de inadimplência	3,09%	3,24%

29. APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ - GRUPOS DE CONSÓRCIO

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Cotas de fundos de invest. não vinculados a cont.	94.039	119.090
Cotas de fundos de invest. Vinculados a contemplanção	1.864.521	1.658.766
Total	1.958.560	1.777.856

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

• Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações contábeis.

CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima - CRC n° 1SP155.421/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs.

Sócios e Diretores da

Embracon Administradora de Consórcio Ltda.

Santana de Parnaíba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Embracon Administradora de Consórcio Ltda. (Embracon)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio, em 30 de junho de 2024 e consolidada das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Embracon** em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2024, e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Embracon**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da

capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024